



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



1 **253ª** Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo

2 Ata da Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 24/06/2016.

3 Ao vigésimo quarto dia de junho de dois mil e dezesseis foi realizada a ducentésima  
4 quinquagésima terceira reunião ordinária do Pleno do CES/SP, na sala 600 do Conselho  
5 Estadual de Saúde, no 6º andar do prédio da sede da Secretaria Estadual de Saúde, à  
6 Avenida Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 188, com as seguintes presenças e  
7 representações: I – PODER PÚBLICO: Secretaria de Estado da Saúde: Dr. David Everson  
8 Uip – Presidente; Geraldo Reple Sobrinho – Suplente; Stela Felix Machado Guillin  
9 Pedreira – Titular; Silvano Lemes Cruvinel Portas – Suplente - Secretários Municipais de  
10 Saúde: Sandra Magali Fihlie Barbeiro – Suplente; Davi Eiji Furutani de Oliveira – Titular  
11 - III REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Representantes dos Sindicatos de  
12 Trabalhadores na Área da Saúde - Mauri Bezerra dos Santos Filho – Titular; Maria  
13 Isabel Cristina Martins Boniolo – Suplente; Natanael da Costa – Titular; Ana Lucia de  
14 Mattos Flores – Titular; Omar Braga Mendonça – Suplente - Conselhos de Fiscalização  
15 do Exercício Profissional – Ligia Rosa da Costa Pereira – Titular - Associação dos  
16 Profissionais de Saúde: Felipe Augusto Reque – Titular; Neide Aparecida Sales Biscuola  
17 – Titular - IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS: Centrais Sindicais: Lázaro Cesar da  
18 Silva – Titular; Oldimar Sergio Alves dos Santos – Suplente; Benedito Alves de Souza –  
19 Titular; Ismael Gianeri – Suplente - Setor Empresarial: José Augusto Queiroz – Titular -  
20 Associações de Portadores de Patologia: Claudio Toledo Soares Pereira – Titular; Sheila  
21 Ventura Pereira – Suplente - Associações de Portadores de Deficiência – Claudia Sofia  
22 Idalecio Pereira – Titular; Maria Alessandra da Silva – Suplente - Movimentos  
23 Populares de Saúde: Luiz José de Souza – Titular; Arnaldo Marcolino da Silva –  
24 Suplente; Leonides Gregório da Silva – Titular; Francisco de Assis Gonçalves Valério –  
25 Suplente; Idreno de Almeida – Titular; Rosane Victória da Silva – Suplente; Douglas  
26 Nogueira Alves – Titular; Glória de Almeida Saraiva Massoni – Suplente - Associação ou  
27 Movimentos Populares de Defesa do Consumidor: Carlos Botazzo – Suplente -  
28 Associações de Moradores: João Cassiano de Oliveira – Suplente - Programa ou  
29 Movimento Religioso de Defesa da Saúde: João Inácio Mildner – Titular; Maria Cristina  
30 Silveira Prado Martins – Suplente - JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA: I – PODER PÚBLICO:  
31 Secretários Municipais de Saúde: Stênio José Correia Miranda – Titular; Odete Carmen  
32 Gialdi – Suplente - Universidades do Estado de São Paulo: José Carlos Souza Trindade  
33 Filho – Titular; Silke Anna Theresa Weber – Suplente - III - REPRESENTAÇÃO DOS  
34 PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Representantes dos Sindicatos de Trabalhadores na Área da  
35 Saúde: Gerson Sobrinho Salvador de Oliveira – Suplente – Conselhos de Fiscalização do  
36 Exercício Profissional – Pedro Claudio Bortz – Suplente; Suely Stringari de Souza –  
37 Suplente - Associação dos Profissionais de Saúde: Laura Magrini Luiz Alonso – Suplente  
38 - IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – Setor Empresarial: Joffre Setterval Moraes –  
39 Suplente - Associações de Portadores de Patologia: Alcides Barrichello – Titular -  
40 Associação ou Movimentos Populares de Defesa do Consumidor: Flávio José Dantas de  
41 Oliveira – Titular – Associações de Moradores: Expedito Pedro do Nascimento – Titular  
42 - AUSENTES: I – PODER PÚBLICO – Universidades do Estado de São Paulo: Gustavo  
43 Pereira Fraga – Titular; Luis Augusto Passeri – Suplente; II – PRESTADORES PRIVADOS  
44 DE SERVIÇOS DE SAÚDE: Entidades Filantrópicas: Meire Cristina Vieira R. Ghilarducci –  
45 Titular; Mara Christiane de Vasconcelos Liberato – Suplente – Entidades com Fins  
46 Lucrativos – Marcelo Luis Gratão – Titular; Carlos José Xavier Tomanini – Suplente – III -



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



47 REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Conselhos de Fiscalização do  
48 Exercício Profissional – Maria Lúcia Zarvos Varellis – Titular - IV – REPRESENTAÇÃO DOS  
49 USUARIOS – Centrais Sindicais: Rosilânia Correia Lima – Titular; Cleonice Caetano  
50 Souza – Suplente - Associações de Portadores de Patologia: Luiz Carlos Medeiros de  
51 Paula - Suplente - Associação de Defesa de Interesse da Mulher: Sarah Munhoz –  
52 Titular; Maria José Majô Jandreice – Suplente - CONVIDADOS(AS): Maria Ermínia  
53 Ciliberti, Telma Regina Attizani, Rosana Ferro, José Vieira da Silva, Fernando Aith, Thais  
54 Kimberli, Lindalva F. Dourado, Irene Ribeiro, Barbara Sansão, Raphael Sansão, Maria de  
55 Fátima, Jandira da Silva Xavier, Roseli Aparecida de Almeida Bozilio, Thomaz Ferreira  
56 Jensen, Maria Imaculada A. Candido. A Dra. Cássia Marinho Tubone, respondendo pela  
57 Secretaria Executiva por motivo de férias do Secretário Executivo, dá as boas-vindas a  
58 todos e remete à aprovação das atas de números 251<sup>a</sup> e 252<sup>a</sup>, que são aprovadas por  
59 aclamação. Diz que a reunião está sendo transmitida pelo Canal SES-SP e  
60 acompanhada pelas Redes Sociais e justifica as ausências. O Presidente do Conselho  
61 Estadual de Saúde, Dr. Davi Uip, também faz as saudações aos participantes e diz que  
62 informará sobre o programa Raio X da Saúde que já aconteceu em duas unidades  
63 hospitalares. A Cássia diz que o Conselho recebeu do CNS – Conselho Nacional de  
64 Saúde e-mail sobre a “2<sup>a</sup> Marcha em Defesa do SUS e da democracia”, em Brasília, no  
65 próximo dia 06 de julho. O técnico Anísio Dourado informa que, tendo em vista as  
66 eleições próximas municipais, os Conselheiros de Saúde que pretendem sair  
67 candidatos aos cargos, devem se cercar de todas as informações, preferencialmente  
68 junto aos respectivos partidos ou coligações. Importante ressaltar que não basta se  
69 desincompatibilizar para as eleições apenas na função de conselheiro de saúde, mas  
70 também observar o prazo previsto para a sua condição como secretário de saúde,  
71 dirigente sindical, dirigente de entidade sem fins lucrativos, cargo em comissão,  
72 servidor público e outros, visto que os prazos podem ser diferentes. A Conselheira  
73 Stela informa que foi aprovado na Comissão Intergestores Bipartite a organização do  
74 Grupo Condutor para o TEA, para inserir essa ação na Rede de Atenção. O Conselheiro  
75 Mauri informa sobre a visita ao Hospital Geral de Vila Penteado, do programa Raio X,  
76 que não teve acesso aos dados dos relatórios internos. Achou importante a presença  
77 do Secretário de Estado da Saúde no hospital e que isso passa uma mensagem  
78 importante aos gestores locais. Que o trabalho conjunto dos hospitais da região,  
79 Cachoeirinha, Mandaqui e Penteado será importante para a saúde dos usuários locais.  
80 O Dr. David Uip disse que as pessoas têm uma visão ruim de auditoria e essa não é  
81 punitiva e sim de parceria, que os relatórios estão sob análise da Secretaria de Saúde e  
82 a maior dificuldade é não conseguir profissionais especialistas para abrir os serviços de  
83 pediatria, neonatologia e intensivistas, as UTIs ficam fechadas e partos são de alto  
84 risco sem UTI. Existe uma resolução para abrir a cardiologia no Mandaqui. Que visitou  
85 as unidades juntamente com o adjunto e o Dr. Geraldo, que os internados nas UTI  
86 eram residentes, tem que criar rede de cuidados paliativos para atender esses  
87 pacientes, outros esperando marca-passo e não se tem teto para financiá-los. Refere  
88 que a dificuldade não é o atendimento, é o acesso, as informações para o usuário é  
89 deficitária, pretende abrir nas próximas visitas para a comunidade falar. Afirma que na  
90 sua gestão o serviço de Oncologia, em Fernandópolis, não irá fechar, tem alternativa  
91 para que outra instituição assuma, vai ouvir a Fundação Pio XII de Barretos. Em  
92 Cubatão, teve reunião interessante com a prefeita e o problema é a conjuntura geral,  
93 não somente a Saúde, o problema é principalmente a crise econômica e diminuição na



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



94 arrecadação, que o Estado não tem como repassar o dinheiro se não tem  
95 documentação. O Conselheiro Leo reporta que esteve na Baixada Santista e Vale do  
96 Paraíba, com o Secretário de Saúde e o Secretário Adjunto, como ouvinte, que a greve  
97 está generalizada e os hospitais ameaçados de fechamento e agradece o Projeto  
98 Verão. O Conselheiro Francisco diz que os hospitais de Sorocaba estão em situação  
99 crítica e não tem saúde pública. A Conselheira Cristina informa sobre as atividades da  
100 RENAFRO e do Encontro Estadual Paulista. O Conselheiro Mauri informa que a  
101 categoria está em campanha salarial e na assembleia foi decidido que ficarão em greve  
102 por tempo indeterminado, que os profissionais estão em revezamento para  
103 atendimento à população e apresentaram proposta de negociação à Secretaria da  
104 Saúde de aumento de 12% sobre os salários e de 100% sobre o auxílio alimentação, e  
105 pede que a gestão do Hospital do Servidor Público Estadual volte para a Secretaria de  
106 Estado da Saúde. O Dr. David Uip diz que Sorocaba, hoje, é o maior problema do  
107 Estado de São Paulo e o Complexo Hospitalar tem problemas há muitos anos inclusive  
108 com processos e punições. Sobre o que disse o Conselheiro Mauri, diz que a proposta  
109 de aumento de 12%; o aumento do vale alimentação de R\$ 8,00 para R\$16,00; e sobre  
110 o Hospital do Servidor quer estender ao Conselho essa discussão de um grande plano  
111 de atendimento, hoje o plano de atendimento aos servidores públicos do Estado tem a  
112 doação de 2% de cada servidor e será voluntária, pois é inconstitucional essa taxa, que  
113 aferem 600 milhões de receita e o gasto com o hospital é de 500 milhões, os convênios  
114 somam os outros 100 milhões, mas a tabela é baixa e fica difícil firmar convênios, pois  
115 ninguém quer atender servidor estadual, que pretende trazer as perícias para a Saúde.  
116 O Governador deu carta branca ao Sr. Secretário para negociar o retorno da gestão do  
117 Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo e reitera o convite para o  
118 Conselho participar e na segunda feira dirá a data da primeira reunião. Mauri  
119 complementa que a assembleia suspendeu a greve até a terça-feira. A Conselheira Ana  
120 Lucia Flores falou sobre o São João do SUS e trouxe a música da campanha para que  
121 todos cantassem, informando haver festa junina em Presidente Prudente com o  
122 abraSUS. O Conselheiro Francisco voltou a falar sobre o Hospital de Sorocaba que não  
123 tem material de trabalho nem médicos. São escolhidos os pacientes que devem viver  
124 ou morrer, outros estão ficando cegos por glaucoma e catarata. O Conselheiro Geraldo  
125 Reple diz que a Saúde está fazendo estudo sobre Sorocaba e o município não faz a sua  
126 parte, pois o hospital é regional, de Sorocaba até Itapeva e 60% de atendimento é de  
127 residentes em Sorocaba. O Dr. David diz que trabalham com indicadores e não com  
128 achismos e Sorocaba tem problemas graves e não só de saúde, diz que sabe  
129 exatamente o que acontece. A Cássia lembra o falecimento do ex-conselheiro Fábio  
130 Beloni e pede um minuto de silêncio. Apresenta o Professor Fernando Aith, da USP,  
131 que falará sobre a defesa do SUS e, após, os conselheiros se pronunciarão. O Prof.  
132 Fernando agradece o convite e diz que o Sistema Público de Saúde hoje é muito difícil  
133 com caminhos para lados não compartilhados pelo CES e que, no Brasil há um  
134 paradoxo, em relação à saúde ser direito ou bem de mercado. A Constituição garante,  
135 no artigo 6º e 196 que: “A Saúde é um direito de todos e um dever do Estado” e no  
136 artigo 199 diz que a Saúde é livre à iniciativa privada e as duas ideias não convivem  
137 bem. As pautas no Congresso Nacional o financiamento de Saúde é garantida ao  
138 direito da saúde, cláusula pétrea, não serve só falar só se efetiva com a realidade,  
139 precisa de políticas públicas e dinheiro, sem dinheiro não tem saúde. Existe um  
140 subfinanciamento histórico, a União se desonera da obrigação. Diz que 10% da receita



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



141 bruta é direcionada para a saúde e o SUS arrecada entre 60 a 70 bilhões, a União  
142 alterou para 15% RCL, iniciando por 13,2% em 2016, finalizando com 15% - 2020 – EC  
143 86/15, e tem projetos de lei e emenda para alterar para 10% do bruto ou 18,7% do  
144 líquido que tramita no Congresso. Outro aspecto, que estava pautado pelo Governo  
145 Dilma, e vão desativar a SGTES Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na  
146 Saúde, é o que dizem, ele não afirma. Também está pautada a regulação de profissões  
147 de saúde no Brasil, atualmente o Conselho Nacional de Saúde reconhece 14 profissões  
148 oficiais e tem tantas outras querendo regulamentação. O Dr. David Uip disse para se  
149 prestar atenção no que foi dito e que o Brasil está sendo passado a limpo, é difícil e  
150 necessário. A Conselheira Sandra Magali Fihlie Barbeiro, Secretária Municipal de Saúde  
151 de Embu das Artes, falou sobre o SUS que é a maior política pública do Estado e da  
152 inclusão social e de um futuro preocupante e da carta de intenções feita pelo COSEMS  
153 aos candidatos às próximas eleições, sobre a defesa do SUS. A Cássia pediu que a Mesa  
154 Diretora assumisse os trabalhos com presidência da Conselheira Stela. O Conselheiro  
155 Mauri falou sobre a proposta da União da renegociação das dívidas dos Estados,  
156 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLP 257/16 que estabelece o Plano de Auxílio aos  
157 Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, esse projeto  
158 implica diretamente no que diz respeito à contratação de pessoal para trabalhar na  
159 saúde, em hospitais, unidades, etc. O Estado de São Paulo já pratica essas medidas  
160 desde o ano passado, mesmo antes de fazer acordo com a União, vem aplicando algum  
161 dos mecanismos e das exigências negociadas. O Estado fica 24 meses sem contratar  
162 pessoas, sem reajuste salarial, apenas reposição de inflação pelo IPCA, e ainda mais,  
163 fica proibido fazer nomeação de novos servidores e só pode nomear para eventos de  
164 aposentadorias e isso implica no atendimento à saúde. Esse ano contratou 290 cargos,  
165 mas a necessidade é de 1800 só para enfermagem. O estado de SP cumpre esse acordo  
166 de renegociação da dívida e prejudica os usuários sem contratar pessoal. Diz que leu  
167 no G1, portal de notícias na internet, que existe um programa de demissão voluntária  
168 para economizar recursos. A Cássia lembra que a pauta da reunião é a defesa do SUS e  
169 pede ao Conselheiro Carlos Botazzo para fazer sua defesa e ele diz que vê a situação  
170 com desalento, crê que o sistema está em vias de ser desmontado e com um pacote de  
171 maldades e mercantilização, a vida será uma espécie de loteria social, alguns setores  
172 lucram muito com a crise e a desestruturação do sistema, lucram com a morte e a  
173 doença. A recessão machuca com o desemprego e a perda da renda, mas a  
174 privatização mata, “o momento é grave e de luta pela não passividade, alimentar a luta  
175 e a resistência pela garantia de direitos”. Em virtude do horário, o Conselheiro José  
176 Augusto sugere que a pauta seja invertida para não perder o quórum e tudo que  
177 depende de votação. A Conselheira Stela sugere que as homologações sejam feitas em  
178 bloco para adiantar os trabalhos. Colocada em votação, a proposta é aprovada por 17  
179 votos. O Conselheiro Douglas pede para registrar que esteve em Audiência Pública em  
180 Ribeirão Pires, a convite do Conselho, e o nome dele não consta das homologações. A  
181 Conselheira Stela diz que vários assuntos têm de ser abordados, está acontecendo  
182 uma nova ordem mundial e vai acontecer na Europa com a saída do Reino Unido,  
183 grupos extremistas de direita estão assumindo a política, as políticas sociais não estão  
184 dando conta daquilo que deveriam e cabe reflexão sobre isso no Brasil, pois temos  
185 uma economia globalizada, vai haver mudança nas bolsas de valores e na cotação do  
186 dólar. Preocupam questões maiores, o sistema é esquizofrênico, que fala de direitos e  
187 da livre iniciativa, um sistema dual. A Constituição Federal é maior que qualquer lei e



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



188 indica as diretrizes, e existe outra questão, como está a reforma tributária e fiscal, os  
189 municípios recebem menos recursos, o governo federal maneja muito mal os recursos  
190 que recebe e diz ainda que é o cidadão que paga tributos, não é o governo que decide  
191 isso, não é a Câmara ou o Senado, não, é o contribuinte que decide e financia e não  
192 tem um sistema que seja seu, mas continua com sistema concentrado no  
193 medicamento, no médico e no hospital. No Conselho Estadual discute-se a questão  
194 hospitalar sempre como foco, como pode o SUS dar certo se o sistema está se  
195 contrapondo. A seguir, o Conselheiro Lázaro diz que se sente contemplado com as  
196 falas, mas que é necessária reforma política, que muitos governantes são bancados  
197 pelos planos de saúde, 180 deputados foram eleitos por planos de saúde. Com a  
198 palavra a Conselheira Neide que diz que nada mudou desde a 8ª Conferência de RH,  
199 tem-se o artigo 196 da Constituição Federal e foi aceito o artigo 199. Não podem  
200 reclamar, pois foi pactuado na época de formação do pacto federativo. A culpa é do  
201 cidadão por não ocupar os espaços, por não lutar pelo SUS que vai deixar de existir  
202 sem a movimentação. O Conselheiro Luiz diz que o SUS é de todos, feito por todos e  
203 para todos. Todos devem defender e usar juntos. Não se tem reformas tributárias,  
204 fiscais, judiciária, agrária e outras. Não anda por causa da política, deve-se ter a  
205 reforma política primeiro. O Estado deve se mobilizar para isso. Propõe a deliberação  
206 para acompanhar as manifestações em Brasília. Convida para o evento o Movimento  
207 da Saúde amanhã (dia 25), com a presença de conselheiros nacionais de saúde. O  
208 Conselheiro Arnaldo diz que a Saúde é direito e está sendo retirado de alguma forma.  
209 Não se espera uma guerra civil no país e que não devemos ter medo. Ninguém  
210 combate a mídia, mas que a discussão está no território, e que se devem buscar esses  
211 territórios. Lembra que a discussão da privatização está somente no Sudeste, pois é  
212 onde tem dinheiro. Devemos dizer não a esse golpe, e que o Reino Unido deu o recado  
213 de que o dinheiro manda. Não existe questão de golpe, mas que a Direita está  
214 tomando conta. Não se faz política pública sem trabalhador público de saúde. O  
215 Conselheiro João Cassiano diz que parece que o dia será digno e de luta, começando  
216 pelas palavras do Secretário e outras manifestações, entende que os  
217 constitucionalistas, na época, também sofreram essa pressão do sistema privado. A  
218 Conselheira Silvany fala que a maioria dos países está vivendo dificuldades de custear  
219 o sistema de saúde, como o Reino Unido, Canadá, e Holanda, e todos trabalham com  
220 parceria público privada, que esses países gastam mais de 6.000 euros per capita com  
221 saúde, mas no Brasil é por volta de 1.000 reais no SUS, e não é possível atender a  
222 todos. Na Holanda, todos passam pelo generalista, tudo regulado, e quem recebe mais  
223 de 32 mil Euros tem de pagar. O Conselheiro Omar diz que saúde é direito de todos e  
224 dever do Estado, e que é isso que o cidadão tem de ter em mente, o resto é balela.  
225 Que todos os Conselheiros devem ir a Brasília na Marcha organizada pelo Conselho  
226 Nacional de Saúde. O Conselheiro Leonides informa que deverá se afastar, que as  
227 bases no Congresso não votaram a favor do Saúde +10 e continuaram lá com os votos.  
228 O Conselheiro Felipe fala que o golpe foi um jogo midiático articulado com o Poder  
229 Judiciário, que delimitava a Constituição Federal e não vão dar a mínima para o  
230 Conselho Estadual de Saúde, que o Estado de São Paulo transfere a grande mídia  
231 golpista, indaga se a FAPESP tem uma linha de pesquisa para fortalecer a participação  
232 social e sugere trabalhar as pautas nacionais e também as pautas estaduais. Pergunta  
233 quais são os Projetos de Lei da Câmara dos Deputados para a defesa do SUS, afirma  
234 que as prioridades para a defesa do SUS são: atenção básica; plano de cargos;



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



235 educação permanente e política de saúde das minorias. A Conselheira Stela diz que a  
236 Secretaria Executiva enviou e-mail para todos os conselheiros informando sobre todos  
237 os projetos estaduais e os nacionais. O Conselheiro Benedito Alves fala que se o povo  
238 soubesse o tamanho das ruas, estaria nelas, não podem 5.570 municípios estar  
239 abandonados e as pessoas que estão em Brasília foram eleitas pelo povo, impera a  
240 regra que sempre se leva vantagem, e que neste Estado não tem crise, que não vê a  
241 crise, que não existe a crise. O Conselheiro Geraldo, afirma que tem dinheiro para  
242 pesquisa, que sobra dinheiro, e que faltam bons projetos de pesquisa. O SUS é  
243 universal, mas tem limite e que em outros países tem limite. A judicialização consome  
244 1 bilhão, sem entrar no mérito do direito, que é o custo de 10 hospitais de médio e  
245 pequeno porte. O autoritarismo que existe só pode ser do judiciário, que mandam  
246 prender o secretário, e sugere uma moção contra a judicialização. O dinheiro do  
247 ressarcimento da saúde suplementar entra em Brasília e ninguém sabe dele, tem-se de  
248 fazer o ressarcimento ao SUS para os Estados onde ocorreu a assistência. A  
249 Conselheira Alessandra pede que sua fala seja registrada na íntegra: *“A crise, a crise  
250 chegou mesmo, só o rombo foi de 170 bilhões do governo federal que passou,  
251 Petrobras o rombo 490 bilhões, o governo do Estado de São Paulo, ele foi elogiado que  
252 foi o único Estado que se preparou pra crise, São Paulo, Paraná não tenho certeza se foi  
253 Goiás. O governo já vinha fazendo contenção de despesa porque eu participo do  
254 Conselho da Transparência da Administração Pública, é aberto todo mundo pode  
255 participar, e o Conselho, ele serve de modelo para o restante do país, inclusive lá pra  
256 Brasília, o Conselho da Transparência, Portal da Transparência do Governo do Estado de  
257 São Paulo, também serve de modelo e esta sendo referência lá pro Portal da  
258 Transparência do Governo Federal. A contenção de despesa, o governo federal anterior  
259 gastou 60 bilhões entre copa e olimpíadas, o único Estado que não deu um centavo pra  
260 copa e olimpíadas foi São Paulo, o governador disse na época que dos cofres públicos  
261 não saia um centavo e não saiu, outra coisa, a constituição, logo no preâmbulo dela,  
262 ela diz que o Brasil é um país capitalista, isso aqui é claro, ou então a gente convoca  
263 uma outra assembleia constituinte e derruba esta constituição, mas a constituição ela  
264 tem que ser seguida. Financiamento de campanha, realmente, 36, a maioria lá  
265 daqueles deputados, foram financiados pelas operadoras de planos de saúde, inclusive  
266 o Presidente da República, foi financiado pelas operadoras do plano de saúde, então  
267 não é só deputado presidente também. A gente fala muito em dinheiro pra saúde, mas  
268 e a prevenção o que nós fazemos pra prevenção em saúde, nós temos uma  
269 alimentação saudável, nós bebemos, nós fumamos, eu não posso deixar tudo por conta  
270 do Estado, eu tenho que ter consciência também do que é a prevenção em saúde  
271 porque eu não vejo discussão, eu acho que isso já tinha de partir desde a escola, açúcar  
272 nós temos crianças obesas, nós temos essa responsabilidade também pela saúde, eu  
273 não posso só fumar, fumar, fumar e depois eu estou com câncer de pulmão e vou lá no  
274 Estado, pera aí também não é assim, a responsabilidade também é nossa. Eu vou falar  
275 agora em nome, aqui tem 100 mães, tem a Fátima, a Imaculada que são do  
276 Movimento da Pessoa com Deficiência, a situação dos deficientes, infelizmente, nós do  
277 movimento da pessoa com deficiência, isso eu já falei, é sempre uma fala nesses  
278 conselhos de discursos de trabalhador sindicalista é só isso que se fala, na conferência  
279 do município de São Paulo foi a mesma coisa e tudo o que você vai colocar de  
280 deficiência, o trabalhador vai lá e derruba, para as pessoas com deficiência, é  
281 lamentável isso tá, nós temos no Brasil 45 milhões de pessoas com deficiência essa*



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



282 população, sim, é vulnerável nós não vemos ela nesses espaços, os deficientes, estão  
283 tudo trancafiado dentro de casa, está faltando alimentação pra essas crianças, você vai  
284 lá no município e o Presidente do Conselho de lá manda vim pra cá, pra resolver aqui,  
285 fica esse jogo de empurra, tá entendendo, e isso não pode, outra coisa não é golpe  
286 governo de Michel Temer, registra na integra, por favor, não é governo golpista, isso  
287 não existe, seguiu os trâmites da Constituição Federal, não tem nada de golpe, eu acho  
288 assim, certos comentários, a gente pode ouvir eu ouço muita coisa aqui nesses espaços  
289 e, tipo assim, eu geralmente ignoro, né? Porque é melhor mesmo, mas não pode  
290 sacrificar a inteligência das pessoas, por favor, tá, eu recentemente estive com o  
291 Ministro do Supremo Tribunal Federal, isso não é golpe gente, para com isso esse  
292 discurso, não funciona, não tem golpe, seguiu todo o trâmite da Constituição, tá, não  
293 tem golpe é só isso que eu quero que fique. A minha proposta pra dinheiro; corte de  
294 cargos comissionados, corte de verba parlamentar, reforma tributária, reforma da  
295 previdência, tá, e aí vocês vão ver que surge o dinheiro que o dinheiro aparece, e  
296 combater a corrupção porque, por ano, é de 100 a 200 bilhões de reais desviados em  
297 corrupção”. A Conselheira Sheila diz que se ressaltam problemas, mas se acovardam na  
298 reivindicação e não os atacam com solução, as pessoas desconhecem esses debates,  
299 discursos não adiantam, é preciso mudar as estratégias, pois o que foi feito não  
300 funcionou e vai piorar. Não adianta parar o trânsito na porta dos hospitais, tem de ir às  
301 portas do Ministério Público, do Ministério da Saúde, tem de ir para a periferia e  
302 mobilizar as pessoas. O Conselheiro Padre João concorda com tudo o que foi falado e  
303 diz que no ano passado esteve em sete pastorais e neste ano esteve na pastoral da  
304 saúde e ninguém cita a formação do povo, não se cria novas lideranças para defesa do  
305 SUS. O Conselheiro Francisco pergunta sobre quem não tem convênio de saúde. O  
306 repasse diminuiu, a população de rua aumentou e não tem atendimentos, só depois de  
307 morto. O Conselheiro Carlos Botazzo pede que sua fala seja transcrita na íntegra:  
308 “Solicito que conste em ata integralmente a seguinte frase, governo Michel Temer é  
309 um governo fruto do golpe, é um governo golpista, ilegítimo, impostor, é o governo  
310 fruto de um golpe midiático é o jurídico mediático em seguir o rito da Constituição,  
311 seguir apenas o rito da Constituição, significa que este Congresso Nacional poderia,  
312 seguindo o rito, decretar que a Escócia não existe, fecha aspas, então, primeiramente,  
313 fora Temer. Eu queria, na verdade, pegar a fala feita pela Conselheira Ana em questão  
314 da cultura institucional da judicialização, mas, sobretudo da pesquisa do protocolo da  
315 pesquisa pra pessoas, eu acho extremamente interessante quando o Conselheiro Felipe  
316 Reque se manifestou acerca da pesquisa, que a gente possa compreender como é que  
317 as coisas se passam, não apenas no âmbito do Conselho Estadual, mas dos Conselhos  
318 Municipais e da participação social, acho que seria de fato muito profícuo se nós  
319 pudéssemos fazer isso, acho que a sua colocação, a do Padre João, é que foi colocada  
320 aqui e que eu achei importante e nesse momento eu tô orientando três trabalhos aí na  
321 minha área de pesquisa e um deles diz respeito exatamente às condições da  
322 participação social, a questão dos direitos que as pessoas compreendem o direito de  
323 todos, eu acho que é uma coisa extremamente importante a isso, e eu me disponho a  
324 ajudar a estruturar o projeto ou projetos, mas os Conselheiros podem se candidatar  
325 com projetos estruturais que seria bastante interessante, pensar então de fatos que  
326 nós temos que pensar, ficaria também uma sugestão à Mesa Diretora, de nós  
327 retomarmos, talvez, atividades de formação política para a saúde acho que é  
328 extremamente importante isso porque também os Conselheiros tem que ser



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



329 *aconselhados, nós temos de ter habilidade, lidar com base de dados, com números, ter*  
330 *informações sobre como as coisas funcionam, acho que é um aspecto extremamente*  
331 *importante que fortalece a participação, fortalece o Conselheiro, fortalece todos os*  
332 *seguimentos que estão colocados aqui, e concordar que a judicialização, ela tem sido*  
333 *uma fonte de sangria de recursos públicos, e eu tentei procurar aqui agora mais não*  
334 *encontrei, mas tinha uma notícia colocada aqui de desvios de milhões, máfias médicas,*  
335 *tem feito isso junto com máfias do judiciário esta é uma questão que o Conselho*  
336 *também poderia pautar pra ver exatamente como é que tá funcionando, poderia até*  
337 *merecer um projeto que não fosse um projeto de pesquisa pra nós que se pudesse*  
338 *aprofundar essa discussão e ver como é que tem sido, porque é uma atividade*  
339 *criminoso e ela envolve evidentemente familiares e que estão desesperados, né? E tem*  
340 *a ilusão, porque é uma ilusão, que é colocada muitas vezes e são alvo de estelionato,*  
341 *onde familiares, a preocupação que eles tem com os seus filhos e são alvos dessas*  
342 *máfias médicas e do judiciário também, porque muitos conhecem o medicamento de*  
343 *alto custo, qual o procedimento cirúrgico não disponível e se eu experimentasse?,*  
344 *aconteceu agora com a fosfoetanolamina, eu acho que é importante ver isso aí, agora*  
345 *quanto à cultura institucional que o Conselheiro colocou agora do paciente agravado*  
346 *isso demandaria um trabalho tremendo, eu sei que alguns países europeus existe essa*  
347 *condição, mas nós temos outro aspecto e teria que se aprofundar na questão da*  
348 *própria análise dos cuidados paliativos, na questão do atendimento domiciliar, na*  
349 *questão do amparo, não apenas ao doente, mas também aos familiares do doente, é*  
350 *uma questão de sensibilidade e nós temos que ver também como é que essas questões*  
351 *funcionam, eu creio que seria uma coisa muito terrível se acontecesse de, de repente,*  
352 *pacientes acamados que seriam desligados, ou que seriam colocados para, ou que*  
353 *seriam desinternados ocasionando morte, então acho que isso seria uma questão*  
354 *grave, eu acho que não dá pra colocar dessa maneira, apenas como sendo uma cultura*  
355 *institucional, mas nós temos que discutir isso de um outro modo. Muito obrigado".* A  
356 Conselheira Ana Flores sente-se contemplada na fala da Neide, do Felipe e de usuários  
357 e diz que não se faz saúde sem o trabalhador da saúde. É clara a urgência de se fazer  
358 algo para assegurar os direitos adquiridos, principalmente a Saúde. Fundamental  
359 importância desencadear algo para aglutinar outros atores e fazer a Carta de São Paulo  
360 para mobilizar todas as unidades do Estado de São Paulo. Vê muitos jovens se  
361 manifestando à frente de vários movimentos, principalmente dentro de universidades,  
362 com as bandeiras de lutas dos trabalhadores. Que propostas aprovadas nas  
363 conferências não foram implantadas nos planos de saúde. Acredita que ocupar as ruas  
364 pode ajudar, e que se deve respeitar a Constituição e deveriam ter a taxação das  
365 grandes fortunas. Não é o SUS que se quer, mas pode-se avançar. A Conselheira Stela  
366 diz que o Conselho Estadual de Saúde, abriu uma linha de pesquisa junto ao PPSUS e  
367 jamais houve inscrições, seria preciso mobilização das faculdades e trazer os  
368 resultados da pesquisa para o Conselho, pois não adianta ficarem encarceradas nas  
369 faculdades sem aplicabilidade. É fundamental a Reforma política, tributaria e fiscal, e a  
370 presença do SUS, mas questiona sobre qual SUS que se quer. Que não se sabe as  
371 atribuições básicas do SUS, que tem acompanhado o CEFOR no estado inteiro, e as  
372 pessoas não sabem as atribuições mínimas de uma unidade básica de saúde. A  
373 população precisa saber que as pessoas têm direito e pode ser levada essa discussão  
374 para as bases. Temos de nos mobilizar aonde tem pessoas, associações de bairro,  
375 igrejas. O consenso é a defesa, mas as bases precisam conhecer seus direitos. Os





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



376 Conselheiros ficam do alto do Conselho Estadual de Saúde, dizendo o que as pessoas  
377 precisam fazer. A Cássia lembra sobre as propostas apresentadas para serem  
378 encaminhadas, quais sejam; a) a caravana à Brasília para participar da marcha, b) a  
379 moção de defesa ao SUS ou carta de São Paulo, c) o ressarcimento do SUS teria de ser  
380 feito por estados e d) judicialização. A Conselheira Alessandra fala da carta de São  
381 Paulo, diminuição do tamanho do estado, corte dos cargos comissionados, corte da  
382 verba parlamentar, reformas tributária e da previdência. A Dra. Cássia fala que são  
383 estratégias e ainda não houve votação ou deliberação. A Conselheira Stela fala que os  
384 projetos de Emenda à constituição devem ser analisados com muito cuidado, uma vez  
385 que o percentual de financiamento varia expressivamente se está vinculado ao  
386 Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Interno Líquido (PIL). O Conselheiro Davi diz  
387 que algumas propostas precisam ser melhoradas e a Mesa Diretora poderia fazer isso.  
388 O Conselheiro Arnaldo pede para a Conselheira Alessandra esclarecer o que seria a  
389 diminuição do Estado e ela responde que a redução é contenção de despesa,  
390 sustentabilidade. A Conselheira Ana sugere uma campanha estadual com o AbraSUS e  
391 convidar a plenária, passar para as DRs que passariam para todos os Conselhos  
392 Municipais. O Conselheiro Douglas diz que os Conselhos do Alto Tietê realizaram o  
393 Foro Regional e receberam o Conselho de Taubaté. O diagnóstico é a questão de  
394 investimento nos municípios, o dinheiro da saúde em Ribeirão Pires é para 80/90% de  
395 baixa complexidade e não há dinheiro para as unidades básicas. A Cássia propõe a  
396 votação da campanha estadual AbraSUS, 20 votos a favor, segundo item é o número  
397 de pessoas para ir à marcha em Brasília; votação para 16 membros: 15 votos a favor,  
398 nenhum contra e 1 abstenção. Votação para 8 membros: 4 votos a favor, 3 votos  
399 contra e 9 abstenções. Em seguida, a Cássia fala das homologações e passa à votação  
400 dos itens 1 ao 14 e, os itens que precisam de indicação de membro do Conselho, serão  
401 passados à Mesa Diretora e todos serão informados para manifestação para que  
402 respondam à Secretaria Executiva. Votação: 21 votos a favor, nenhuma abstenção ou  
403 votos contrários. O Conselheiro Mauri apresenta o técnico convidado do DIEESE e pede  
404 que ele faça sua apresentação. A Conselheira Stela fala da frequente ausência dos  
405 conselheiros às reuniões e a comunicação para substituição desses representantes às  
406 instituições por eles representadas, será feita *ad referendum*. A Cássia esclarece que o  
407 item 3 será votado, pois é importante e propõe a votação “ad referendum” e  
408 encaminhamentos. Votação: 17 votos a favor, unanimidade. A Cassia esclarece que as  
409 Secretarias da Fazenda e do Planejamento solicitaram que os questionamentos fossem  
410 encaminhados por escrito para que serem respondidos. Em seguida, o Sr. Thomaz  
411 Ferreira Jensen, do DIEESE faz sua apresentação e mostra os slides com os dados  
412 inerentes. A Conselheira Ana Flores agradece a apresentação e diz que todos os dados  
413 estão à disposição. Sem mais assuntos a tratar, a reunião é encerrada. SÚMULA DAS  
414 DELIBERAÇÕES. DELIBERAÇÃO Nº 01 - ASSUNTO: Aprovação das Atas do das reuniões  
415 do Pleno 251º de 13/05/2016 e 252º de 25/05/2016. Relatoria: Secretaria Executiva.  
416 DECISÃO: Aprovado por aclamação. DELIBERAÇÃO Nº 02 - ASSUNTO: Alteração da  
417 Ordem do dia permitir a manifestação do Conselheiro Leônides durante os informes.  
418 Relator: Leônides Gregório da Silva. DECISÃO: Aprovado por 15 votos a favor, sem  
419 abstenções e votos contrários. DELIBERAÇÃO Nº 03 - ASSUNTO: Alteração da Ordem  
420 do dia permitir a manifestação do Conselheiro Francisco durante os informes. Relator:  
421 Francisco de Assis Gonçalves Valério. DECISÃO: Aprovado por 18 votos a favor, sem  
422 abstenções e votos contrários. DELIBERAÇÃO Nº 04 - ASSUNTO: Alteração da Ordem



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



423 do dia para antecipação do item IV – Pauta deliberativa. Relator: José Augusto Queiroz.  
424 DECISÃO: Não aprovada, 05 votos a favor, 12 contra. DELIBERAÇÃO Nº 05 - ASSUNTO:  
425 Alteração da Ordem do dia para votação em bloco do item IV – Pauta deliberativa.  
426 Relatora: Stela Félix Machado Guillin Pedreira. DECISÃO: Aprovado por 17 votos a  
427 favor. DELIBERAÇÃO Nº 06 - ASSUNTO: Aprovação Campanha Estadual AbraSUS, com  
428 coordenação da Mesa Diretora, Plenária de Conselhos e grupo paritário de  
429 Conselheiros. Relatoria: Mesa Diretora. DECISÃO: Aprovado por 20 votos a favor  
430 (unanimidade). DELIBERAÇÃO Nº 07 - ASSUNTO: Homologação da Caravana do CES-SP  
431 para a Marcha em Defesa do SUS, com 16 membros paritários. Relatoria: Mesa  
432 Diretora. DECISÃO: Aprovado por 15 votos a favor, 2 votos contrários, e uma  
433 abstenção. ASSUNTO: Homologação da Caravana do CES-SP para a Marcha em Defesa  
434 do SUS, com 08 membros paritários. Relatoria: Leônides Gregório da Silva. DECISÃO:  
435 Não aprovada, 4 votos a favor, e 3 votos contrários e 1 abstenção (prejudicada).  
436 DELIBERAÇÃO Nº 09 - ASSUNTO: Aprovação em bloco das homologações: -  
437 Homologação da inclusão em pautas das próximas reuniões a apresentação das  
438 Coordenadorias da SES-SP de seu organograma, visão, missão e fluxos de trabalho; -  
439 Homologação a recomendação de inclusão na LDO 2017 a inclusão do item 4.3  
440 referente ao Relatório Conclusivo da PAS 2017, que trata da revisão e atualização dos  
441 quadros de RH da SES/SP, para as áreas de assistência, planejamento, vigilância em  
442 saúde, inovação e tecnologia, pesquisa e gestão, que se adeque às funções da gestão  
443 estadual. Iniciar o estabelecimento de Plano de Cargos, Carreiras e Salários para o  
444 servidor estadual, reorganizando as categorias das diversas áreas (técnico,  
445 administrativa, assistência em saúde, gestão e vigilância em saúde); - Homologação de  
446 convite ao responsável da equipe do “Programa Saúde em Ação” para apresentação do  
447 projeto na reunião de julho de 2016; - Homologação da CISTT estadual como  
448 coordenadora para a organização e condução dos Encontros Macrorregionais da Saúde  
449 do Trabalhador e da Trabalhadora, apoiados pelos Conselheiros estaduais nas regiões;  
450 - Homologação do Cronograma dos Encontros Macrorregionais da Saúde do  
451 Trabalhador e da Trabalhadora para 2016 e 2017; - Homologação da realização de  
452 Congresso de Comissões com apresentação pela gestão do estadual e municipal,  
453 iniciando com os aspectos históricos e sociológicos da Saúde Mental do Estado de São  
454 Paulo; - Homologação da realização de seminário no dia 20 de setembro de 2016, para  
455 apresentar as diversas ações desenvolvidas em parceria com a SAP - Secretaria da  
456 Administração Penitenciária e o CRT-SP – Centro de Referência em Tratamento de  
457 DST/AIDS de São Paulo; - Homologação da indicação dos Conselheiros para a mesa de  
458 conversa no dia 05 de julho de 2016, às 09h30, no evento que integra a "Semana da  
459 Diversidade" que ocorrerá entre os dias 03 e 10 de julho de 2016 no município de  
460 Presidente Prudente; - Homologação da indicação de um Conselheiro Usuário para  
461 integrar o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Heliópolis; - Homologação da  
462 indicação de um Conselheiro Usuário para integrar o Comitê de Ética em Pesquisa da  
463 Faculdade Santa Marcelina; - Homologar os Conselheiros Ismael Gianeri, Lázaro César  
464 da Silva e Benedito Alves de Souza para participarem da Oficina “Exposição de Risco  
465 Biológico no Trabalho”, nos dias 29 e 30 de junho de 2016, em São Paulo; - Homologar  
466 os Conselheiros Arnaldo Marcolino e Expedito Pedro do Nascimento, titular e suplente  
467 respectivamente, para compor a Comissão Estadual Intersetorial que acompanha a  
468 implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção, e Defesa do Direito de  
469 Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, na Secretaria Estadual



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



470 de Desenvolvimento Social; - Homologar os Conselheiros Expedito Pedro do  
471 Nascimento e João Cassiano de Oliveira que participaram de reunião do Conselho  
472 Municipal de Saúde de Ribeirão Pires no dia 16 de junho de 2016; - Homologar a  
473 participação do Conselheiro Lázaro César da Silva em evento em Presidente Prudente  
474 ocorrido em maio/2016; DECISÃO: Aprovada por 21 votos a favor (unanimidade).  
475 DELIBERAÇÃO Nº 10 - ASSUNTO: Encaminhamentos sobre os Conselheiros e  
476 instituições representantes com faltas acima do limite regimental são delegadas à  
477 Mesa Diretora. Relator: Stela Félix Machado Guillin Pedreira. DECISÃO: Aprovada por  
478 21 votos a favor (unanimidade). ASSUNTO: “Alteração da Ordem do dia para  
479 antecipação do item V - Análise de Conjuntura” – Estudo do DIEESE, e retirada de  
480 pauta do item “Apresentação do relatório de acompanhamentos de contratos de  
481 gestão OSS de 2015 de relatoria do Conselheiro Mauri Bezerra dos Santos Filho”.  
482 Relator: Mauri Bezerra dos Santos Filho. DECISÃO: Aprovada por 21 votos a favor  
483 (unanimidade). Ata lavrada por Cristina Floreste e Cassia Tubone.